

PRAÇAS REAIS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Coordenação:
Miguel Figueira de Faria



DA «NOVA ORDEM» À «NOVA ORDENAÇÃO»: RUPTURA E CONTINUIDADE NA REAL PRAÇA DO COMÉRCIO

António Filipe Pimentel*

É, felizmente, já longa e frutuosa a investigação sobre os efeitos devastadores do cataclismo que se abateu sobre Lisboa na manhã do dia de Todos-os-Santos, 1 de Novembro de 1755; como é longa a investigação sobre os efeitos políticos da catástrofe e sobre os seus reflexos na promoção de uma nova ordem social, assente numa deslocação, no sentido burguês, do eixo do poder, indispensável esteio de uma reforma política, por seu turno reputada indispensável às indispensáveis reformas económicas¹. Terramoto esse (político, social e económico) que, justamente, teria a sua oportunidade demonstrativa na nova ordenação urbana que emergiria da Lisboa destruída. E longo e sedimentado é igualmente o conhecimento sobre a cadeia de decisões que, no âmbito da reconstrução da urbe, conduziria à delimitação da nova *Praça do Comércio*, no exacto local que até então ocupara o *Terreiro do Paço*²: praça desde a primeira hora projectada, na feliz expressão de José-Augusto França, simultaneamente como *luxo* e *símbolo* da cidade que se reerguia³.

Menor atenção mereceria, todavia, por parte da historiografia da especialidade, um dos mais impressionantes aspectos que tal processo revestiu, no que ele releva para uma cabal interpretação dos factos: o que resulta da extraordinária celeridade com que essa cadeia se materializou: a qual configura, necessariamente, a existência, no momento da tragédia, de uma reflexão longamente amadurecida sobre a própria urbe, as suas necessidades e os seus eixos estratégicos, única plataforma sobre que alicerçar tal cadeia decisória, seja no plano projectual, seja no político. Reflexão essa elaborada no quadro da *Aula de Fortificação*, no âmbito do exercício da engenharia militar e que teria por figura central o engenheiro-mor Manuel da Maia, então com 80 anos e no termo de uma extensíssima carreira profissional, no decurso da qual servira, sucessivamente, três monarcas. Reflexão longa e matura, que consubstanciaria nas três *Partes* da sua famosa *Dissertação*, entregues ao Governo entre Dezembro de 1755 (um mês após o cataclismo) e Março de 1756⁴; carreira, por conseguinte (e é este, novamente, ponto que não terá sido devidamente atendido) que, entre a juventude e a actual velhice do engenheiro-mor, tivera por essencial cenário o reinado de D. João V, que termina-

* Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra.

ra havia apenas cinco anos. Reflexão, enfim, que se projectara já, com toda a veemência, no empreendimento das Águas Livres: da polémica com Canevari⁵ ao impacte urbanístico que consubstanciava⁶.

Tal como para Carvalho e Melo, pois – ele mesmo homem do aparelho político e diplomático joanino, com fortes âncoras na Corte (ao invés do que tradicionalmente se sublinha) e protagonizando, a par de Alexandre de Gusmão, de João Baptista Carbone, de António Rebelo da Fonseca, do cardeal da Mota e tantos outros, o protagonismo crescente da classe letrada que o caracterizou⁷ –, não parece prudente fazer de Maia, aos 80 anos, um homem do *tempo novo*: sendo antes e tão somente o *facto novo* do terramoto, ao libertar a cidade (e ainda assim relativamente) dos constrangimentos físicos e jurídicos da cidade velha⁸ (haja conta o que haviam consubstanciado em relação à Patriarcal de Ludovice⁹), que permitiria levar à prática, de um jacto, ideias e conceitos que até então somente haviam podido servir de linhas de orientação: tal como seria esse *facto novo* a permitir a Carvalho e Melo o espaço político para acelerar as suas reformas económicas e sociais, fornecendo-lhe as urgências da reconstrução, de chofre, uma base sólida de poder, que arguta e inteligentemente aproveitou.

Tomada, pois, a decisão, paulatinamente emergida nas seis propostas emanadas da equipa constituída por Eugénio dos Santos e Carvalho, Elias Sebastião Pope e Pedro Gualter da Fonseca (a quem Maia forneceria cópias da sua planta da cidade destruída), de conservar, na nova ordenação, as duas grandes praças em que a cidade velha se estruturara, agora naturalmente regularizadas¹⁰, a Praça do Comércio converter-se-ia no eixo, não somente projectual mas, sobretudo, semiótico, do reordenamento urbano da *cidade*, ela mesma entendida como elemento retórico, por isso que a cidade nova pombalina se configuraria como coração de uma cidade mais vasta, que o terramoto não atingira com a mesma intensidade e subsistiria além dela, na sua velha e resistente (des)organização medieval: duas *Lisboas*, pois, de novo, como na antiga divisão joanina, onde a *Lisboa nova* (ocidental) dos faustos da Corte e da Patriarcal e, em geral, dos projectos do poder, se opunha à *Lisboa velha* (oriental), derramada do castelo em torno à Sé e à zona ribeirinha mercantil.

Donde a necessidade (face a uma empresa politizada desde a primeira hora, ao assumir a Coroa, e não o senado da Câmara, o seu total controlo) de compreender a praça nova como realidade *muito especialmente simbólica*¹¹: e, desse modo e a despeito da importância de todas as questões de índole técnica, económica, administrativa, etc., que o seu estudo necessariamente comporta (e importa que comporte), a observar igualmente como *objecto cultural específico, formal e social*¹². Analisando-a, pois, também desse ponto de vista, como espaço retórico de uma empresa pautada, toda ela, por uma pragmática austeridade de elementos visuais e que, no decurso do próprio trabalho de reflexão projectual que precedera o desenho final, sempre nela concentrara o maior esforço compositivo (na lógica do pensamento de Maia, que no que fora o velho Terreiro do Paço se detém quase desde o início das *Dissertações*, culminando aí um trabalho de reflexão sobre o recinto e os seus problemas de comunicação com as ruas adjacentes que remontava à década de 20, quando elaborara planos que não teriam consequências pelo elevado valor das expropriações a pagar¹³): por essa via o convertendo, objectivamente, no coração simbólico de toda a empresa da reconstrução – e no palco onde o seu *sentido* se deveria demonstrar. Um extraordinário palco, diga-se: inquestionavelmente, *um dos mais belos palcos do mundo*¹⁴.

E por essa razão o velho Terreiro, regularizado agora, sob a régua e esquadro de Eugénio dos Santos e convertido num quadrilátero monumental de cerca de 180m de

lado¹⁵, ressurgia, não como adição à malha urbana que após ele se estende, mas como motor e centro psicológico da nova organização, no seio da qual lhe seria reservada, mais do que uma função urbana e social nova, uma função representativa e simbólica: não apenas em relação com a nova cidade mas, muito especialmente, com a sociedade nova do projecto político pombalino.

* * *

A primeira evidência que importa registar é, assim, o ressurgimento da praça nova no mesmo exacto local que ocupara, desde o século XVI, o velho Terreiro do Paço¹⁶, precedendo – na lógica de uma cidade estruturalmente marítima – a urbe que após ela se estendia, agora modelada numa malha complexa, bem ritmada, dinâmica, evidenciando, no seu desenho, uma genuína capacidade de criação urbanística, assente a um tempo numa reflexão há muito amadurecida e numa capacidade segura de transcender a própria tradição. E como praça aberta sobre o rio, igualmente, no que tinha de mais original, rompendo a cintura obsoleta que as necessidades de fortificação do século XVII lhe haviam imposto. E com tal atitude se visava, obviamente (e será essa uma segunda evidência), transferir para o novo recinto a carga afectiva que envolvera por séculos o antigo, no quadro da vida urbana, promovendo, por essa forma, uma explícita continuidade entre a cidade morta e a que, dela, deveria (re)nascer. Num processo incontestável de legitimação da nova ordenação e da nova ordem que consubstanciava.

E é neste contexto e tomando como categoria operativa o que parece uma evidência do ponto de vista de uma leitura iconológica – isto é, que *uma imagem de poder totalmente nova é uma impossibilidade de facto; e, pelas mesmas razões, uma imagem de poder excessivamente nova transforma-se em desprestígio e não em reforço do poder que simboliza*¹⁷ – e tendo em conta que, seja Maia (obviamente, nos seus 80 anos), seja mesmo Carvalho e Melo (que a reconstrução transformaria em Oeiras-Pombal), só com ingénua parcialidade epistemológica poderão ser considerados em absoluto homens do *tempo novo* (que o foram também, decerto, por mérito próprio e imposição das circunstâncias) –, que convirá analisar esse recinto (esse palco) não somente do ponto de vista das rupturas que promove, mas, igualmente, das continuidades que objectiva, se não mesmo obsessivamente, conserva. Uma continuidade, aliás, que se afirma no próprio partido estético assumido, para ou protoneoclássico (em visão consagrada, mas que importará, porventura, mitigar), com raízes consabidas, porém, na prática construtiva nacional seiscentista, *agiornatta* pelo próprio Barroco classicizante da arte de Corte de D. João V, agora pragmaticamente depurado¹⁸.

Efectivamente e ao mesmo tempo que se redefinia radicalmente a sua funcionalidade, a nova praça crispava-se de memórias morfológicas, minuciosamente colecionadas, numa explícita busca de legitimação, tanto do novo ordenamento arquitectónico, como da ordem jurídica que o justificava. Estará nesse caso, de facto, desde logo o tema das arcadas. Na verdade, o antigo Terreiro comunicava-se com a cidade em que se incrustava essencialmente através de um conjunto de arcos, em boa parte praticados na velha muralha fernandina – Arco dos Pregos, do Açougue, dos Passarinhos, da Capela, Porta da Ribeira¹⁹ – e as arcadas, ou *loggias*, com destaque para a *Galeria das Damas* do Paço da Ribeira, constituíam tema recorrente na estruturação dos seus alçados: fenómeno que se reforçava ainda, nas ocasiões festivas, seja através da erecção de arcos triunfais, associados a *joyeuses entrées*²⁰, seja, muito particularmente, da famosa colunata de Ludovice que, de 1719 ao terramoto, assinalaria as procissões do *Corpus*

*Christi*²¹ e cujo sentido regularizador e monumentalizador do prospecto heteróclito da antiga praça não poderia deixar de funcionar como referência histórica, no momento de traçar a composição dos novos alçados do Terreiro.

É, pois, o valor dessa memória que leva Manuel da Maia a assumir desde cedo que a futura praça seria o único local da cidade a possuir arcadas²², dessa forma o inserindo numa genealogia urbana que declaradamente funciona como elemento de legitimação do novo projecto: disciplinada, evidentemente e modernizada. Estruturada agora com base em longas alas, providas de arcadas, andar nobre e *mezzanino*, que nos segmentos perpendiculares ao rio se rematam por torreões, a praça absorve, na verdade e desenvolve coerentemente, com inteligência e sensibilidade, o sentido, não somente das experiências, mas de uma reflexão que é possível pressentir desde longe, exercida em torno do programa monumental desse recinto, até então tolhido de constrangimentos jurídicos, justificativos do investimento cenográfico joanino no largo (mais livre) da Patriarcal.

Com efeito, não é apenas o tema das arcadas que Eugénio dos Santos retoma explicitamente, mas a própria memória do velho Paço da Ribeira e do chamado torreão de Terzi/Herrera. Num mimetismo declarado, as afinidades acumulam-se, de facto, nos torreões gémeos da praça pombalina (num dos planos se chegaria a prever a subsistência do torreão ocidental, a meio da ala poente, na exacta situação do seu antecessor quinhentista): repetição dos pavimentos nobres; mesma divisão em cinco panos, com alternância, nos vãos, de frontões curvos e triangulares; mesma cúpula (na versão original) forrada de chumbo, mais elegante embora; mesma interligação dos torreões às fachadas mais baixas.

Na verdade, a importância modelar e simbólica do torreão²³ advinha-lhe da sua função emblemática e iconológica, sedimentada ao longo de 170 anos, enquanto metáfora da própria Monarquia, como residência simbólica dos Reis de Portugal²⁴; porém, as suas potencialidades enquanto motor da composição arquitectónica, tornam-se mais explícitas se recordarmos que, de acordo com um relato anterior ao terramoto – que aqui adquire a sua indirecta confirmação –, o plano original, concebido por Herrera para Filipe II, consistiria em *fechar toda a praça do Terreiro do Paço em roda, com outro pavilhão fronteiro no sítio onde hoje estão as casas da Alfandega*²⁵. E é seguramente este projecto, jamais executado mas obviamente conhecido no círculo pedagógico da Aula de Fortificação, que Manuel da Maia e Eugénio dos Santos retomam, numa clara afirmação da nova praça como sede de poder, cuja *memória* – isto é, legitimidade – visa conservar, dignificando-a, monumentalizando-a e racionalizando-a.

De igual modo os alçados reproduzidos na conhecida gravura que ilustra o projecto de Eugénio dos Santos acrescido já das adições de Carlos Mardel, impostas após a sua morte, em 1760, ostenta igualmente, no acesso à Rua Augusta, o arco de triunfo, previsto por Eugénio dos Santos e aí, na versão mardeliana, provido de relógio, dupla fidelidade aos múltiplos arcos da antiga praça e à memória de uma das suas mais recentes e prestigiosas aquisições: a Torre do Relógio do Paço da Ribeira, erguida para D. João V, em 1728, por António Canevari²⁶. Ainda que parte destes elementos, como as cúpulas dos torreões, os troféus das alas e mesmo o arco-torre-relógio tivessem sido eliminados na execução do programa – talvez não exactamente por constituírem reminiscências *rocaille* numa cidade deliberadamente depurada e *neoclássica* (como tem sido visto)²⁷, mas por imperativo prático de uma lenta e complexa reconstrução²⁸ –, quedariam sinais mais do que evidentes para testemunhar a obsessão arqueológica que presidiu ao novo traçado.

Uma constatação, porém, se evidencia – e nela se tem recorrentemente insistido: a saber, a eliminação, no novo recinto, do complexo palatino e patriarcal, que dominara o

antigo Terreiro, conservado, aliás, na maior parte dos projectos *preliminares*²⁹. O novo recinto, com efeito, vocacionava-se para receber a bolsa de comércio (ideia cuja paternidade pertencerá ainda a Manuel da Maia, no âmbito da antiga vocação comercial do Terreiro), além da alfândega, dos tribunais e dos serviços públicos. Em confronto com a *ociosidade* cortesã, a cidade nova e a praça que a resumia – a *Praça do Comércio*, nova designação oficial, cuja ambiguidade (praça/bolsa), não somente consagraria a importância estratégica da nova classe comercial, como, de forma mais pragmática, a sua utilidade enquanto financiadora do próprio edifício – surgiam como uma apologia da vida *útil* e *moderna* do comércio e da actividade económica e, desse modo, como uma demonstração retórica da *nova ordem*. No dizer de Costigan (1787), com efeito, Pombal idealizara o novo recinto *como se fosse o grande teatro do comércio em Portugal [...], assim como aquele onde todas as causas da justiça civil e criminal deveriam ser julgadas em última instância*³⁰. Quanto ao Palácio Real, seria idealmente transferido para Ocidente, para S. João dos Bencasados (actual Campo de Ourique), no âmbito de um novo bairro funcional, a unir, através de S. Bento e do Chiado, à Baixa reorganizada³¹.

Mas não será talvez prudente, como tem sido feito, negligenciar esta matéria, a pretexto da sua não materialização (a compreender no quadro de uma reconstrução assaz penosa e prolongada e do agravamento finissecular da conjuntura financeira), assumindo simplesmente a questão da residência régia como um *creux*³² da *cidade pombalina*. Com efeito, não somente essa decisão configura estratégias reflexivas que remontam aos planos traçados por Juvara (ou que lhe pediram que traçasse), em 1719, para Buenos Aires, como essa reflexão se interliga igualmente com a projecção urbanística do empreendimento das Águas Livres, onde Maia desempenhara papel central – como, ainda, com outros projectos e estudos do engenheiro-mor para a zona ribeirinha ocidental, desenvolvidos a partir da década de 20³³: configurando assim, também por essa via, uma clara linha de continuidade.

E, sobretudo, parece indissociável da coerência do plano geral da urbanização de Lisboa, projectando-se e deixando traços (e traças)³⁴ num ordenamento urbano dessa zona então periférica, que as dificuldades financeiras pombalinas e pós-pombalinas e os ritmos de uma empresa magna e necessariamente lenta fariam diferir, mas que ecoaria ainda, aliás, meio século volvido, na projecção, a Ocidente, do Paço Real da Ajuda – traças essas e urbanizações de uma periferia rústica que não seriam, assim, exactamente utópicas, como tradicionalmente se tem entendido (ou antes seriam: e nisso adquirem o seu amplo sentido). E sobre a coerência íntima e a real consistência desse plano e a sua história (ou *petite histoire*) poderia, porventura, fornecer importantes elementos o relatório da Academia Real das Ciências, redigido pelo abade Correia da Serra com destino à *Encyclopédie Méthodique*, em 1784³⁵ – cujo extravio talvez não tenha sido inocente, a dez anos da queda do marquês e em ambiente de *Viradeira*, que, se não significou exactamente a contra-revolução que dela se quis fazer, não deixou de consubstanciar uma necessária expiação (também psicológica) da empresa pombalina: e, com ela, dos seus símbolos mais representativos. À cabeça dos quais se situava, obviamente, a reconstrução da cidade.

Viradeira essa, em contenção económica, e reconstrução interminável, que, ao difereirem *sine die* o empreendimento, igualmente magno, da residência régia e bairro anexo, pondo em causa a ligação entre os dois pólos, provocariam o isolamento semântico da *Praça do Comércio*. Ou, na verdade, da *Real Praça do Comércio*, designação que muito improvavelmente constituirá um *lapsus calami*³⁶, como já foi sugerido, por isso que não apenas emerge da documentação, como, sobretudo, do plano de Eugénio dos

Santos que lhe diz respeito e onde a pena do desenhador laboriosa e atentamente averbaria essa denominação. E que decorre não somente do protótipo internacional a que recorre³⁷, mas, sobretudo, do papel estrutural que nela desempenha a estátua equestre do monarca, que lhe ocupa o centro (perspéctico), configurando-se como o eixo indispensável de todo o sistema arquitectónico e urbanístico da Baixa reconstruída.

De facto, sem vestígio de contradição, com ela se indemnizava a praça da supressão do Palácio Real, não, todavia, sem inseri-la na órbita estatal, impondo-lhe o selo da autoridade, na lógica de uma concepção política que, isolando o Rei da Nação, o convertera numa útil e dócil abstracção simbólica, ao serviço de um conceito fortemente disciplinado de poder – conceito esse de poder, que se faria questão de explicitar abertamente na dicotomia real/simbólico que opõe o *retrato* de Sebastião José, configurado no medalhão do pedestal, à *representação* de D. José I, figuração abstracta de puro simbolismo e que teria, de resto, o seu corolário natural no cerimonial inaugural do monumento, protagonizado pelo ministro e pela ordem nova que orquestrava, perante uma Corte reduzida ao papel, sequer formal, de espectadora oculta dos festejos³⁸.

No quadro assaz estrito da reconstrução, a Praça do Comércio emerge, assim, na sua monumental cenografia e na sua própria contradição urbana – que historicamente se projecta na própria dificuldade de fazer *viver* um espaço idealizado como matriz geradora de um conceito de ordem que aí se materializa e ilustra (e por isso dela foi afastado o elemento água que, no velho Terreiro, polarizava a vida em seu redor³⁹) –, como um cenário retórico e demonstrativo da cidade que por detrás se estende e da ordem política que nela se configura. E, nesse sentido, de uma utopia social.

E é por essa via que, e não obstante o minucioso inventário de referências históricas e ontológicas aí acumuladas, a Praça do Comércio denuncia, na sua morfologia, um último vínculo ao passado, porventura, afinal, o primeiro de todos: o mais estrutural. O que é fornecido pela própria planta, largo quadrilátero flanqueado de torreões angulares, opção através da qual se denunciam, uma vez mais, as raízes da reflexão de que constitui produto e que, nesse sentido, a configura como ponto de chegada, mesmo que, necessariamente (e como sempre ocorre), seja igualmente ponto de partida.

* * *

De facto, apurada já a relação da Praça do Comércio com a forma matricial do palácio-bloco⁴⁰, uma das mais prestigiosas genealogias formais definidas pela tradição arquitectónica ocidental (*forme mère*, lhe chamaria Bazin⁴¹), importa insistir sobre a sua importância, justamente do ponto de vista da ilustração das grandes utopias sociais (num arco cronológico cujo ponto de arranque se situa na própria Antiguidade)⁴²: mas sobretudo, no facto de ter a mesma acabado de produzir, a 13 léguas da Lisboa destruída, uma das suas mais importantes sínteses contemporâneas, no ciclópico empreendimento do Real Edifício de Mafra, destinado a constituir a ilustração visual de uma teoria de poder, como ela se configurara no Portugal de D. João V⁴³.

Aí, com efeito, se levava a cabo, sobre um arquétipo de arquitectura militar, uma criação de inquestionável sentido urbanístico, onde se fundem, organicamente, sobre um plano de claras referências reticulares, um palácio real, uma basílica, um convento, um colégio, uma biblioteca e um panteão dinástico (ainda que inconcluso) e onde, de novo, a componente *régia* seria evocada em explícita referência ao projecto herreiriano do Paço da Ribeira, imprescindível elemento iconográfico numa encenação de poder, se não carente de legitimação, pelo menos, seguramente, de afirmação.

Mas, sobretudo, importará reter a íntima relação existente entre a realização ma-frense e o sentido da intervenção joanina na cidade de Lisboa e a sua qualidade de refúgio de planos urdidos para a capital: processo esse onde se demonstra, exemplarmente, a consciencialização, por parte do poder, da *ilegitimidade* que assistiria a um exercício arquitectónico – os planos de Juvara – carenciado de base cultural (e, por conseguinte, social) de apoio. O desfecho da aventura madrilena do mesmo Juvara, na sequência do incêndio que, em 1734, destruiria o Alcazar, esclarece amplamente, com efeito, os verdadeiros motivos que inviabilizaram os seus planos lisboetas: riscado o Palácio Real Novo, em 1735, em moldes *européus*, de nítidas referências versalhescas, seria completamente reformulado por Sachetti, a partir de 1738, segundo um esquema quadrangular, organizado em função de um grande pátio central e reforçado por tor-reões angulares, que intencionalmente recupera, sob a brilhante roupagem barroca, não somente a antiga estrutura de origem castrense, mas a carga ideológica que a enfor-mara e se revelava indispensável à legitimação da nova dinastia⁴⁴.

Os sucessos de Madrid iluminam, de facto, não somente as reais razões da rápida suspensão dos planos juvarianos de Lisboa, como, sobretudo, da adopção em Mafra de um partido morfológico em radical oposição, onde uma concepção eminentemente plástica cede lugar a outra de sentido deliberadamente urbanístico: por isso mesmo capaz de evocar, não somente as traves mestras em que se fundamenta uma teoria de poder, mas o sentido imperial desse mesmo poder, implantado pelos quatro continen-tes através de formas e fórmulas originadas numa estrutura pedagógica – a Aula de Fortificação – que se convertera, ela mesma, numa extensão imprescindível do poder. Obra essa de Mafra onde se entrecruzam, com tanta frequência, os nomes dos que terão sobre os ombros a tarefa de reconstruir Lisboa.

A *cidade real* joanina constituirá, desse modo, a diversos títulos, o *laboratório*, o primeiro ensaio, onde haveriam de testar-se soluções que, com outro espírito e em outras circunstâncias, Lisboa verá aplicar, quando chegar a sua hora, nela se configurando, de facto, uma verdadeira *Escola*, geradora de um pensamento que, na sua construção, pela primeira vez se realizou. A reconstrução da capital seria a herdeira desse saber e dessa experiência – bem como da longa reflexão que sobre ela própria se operara. Por isso, na nova Lisboa, a *cidade das Luzes*, a marca racionalizada da *praxis* da engenharia militar se estende pela urbe *inteira*. Porém, no Terreiro do Paço/Praça do Comércio, ícone e resumo da concepção que preside à reconstrução, o palácio-bloco, símbolo do Estado e abrigo da modernidade, se abre, em ousada e surpreendente proposta (e nisso assenta a sua radical genialidade), abraçando idealmente a cidade nova, que absorve no seu inte-rior vazio – por essa via demonstrando que, nas vésperas do terramoto, a Portugal faltava apenas, tão somente, a oportunidade prática de aplicar, no terreno real de uma cidade a fazer, toda uma reflexão que há muito se encontrava pronta.

NOTAS

¹ Sendo, obviamente, despiendo elencar aqui a imponentíssima bibliografia pombalina, não deixará de valer a pena referir, para o enquadramento desta matéria, a obra-síntese de Kenneth R. Maxwell, *Marquês de Pombal: paradoxo do ilumini-smo* (ed. port. Lisboa, Presença, 2001).

² Para uma visão de síntese desta questão, vejam-se, FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1983, pp. 77-129, VALE, Teresa Leonor, «Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio», *Monumentos*, n.º 1, Lisboa, DGEMN, Setembro/1994, pp. 29-34 e ROSSA, Walter, «Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado», *Monumentos*, n.º 21, Lisboa, DGEMN, Setembro/2004, pp. 22-43.

³ *Lisboa Pombalina* [...], p. 128.

⁴ Cf. FRANÇA, J.-A., *Lisboa Pombalina* [...], pp. 77 e 311-326.

- ⁵ Cf. PIMENTEL, António Filipe, *Ascensão e queda de António Canevari: reflexões em torno de um problema historiográfico* (no prelo).
- ⁶ Cf. ROSSA, Walter, *Além da Baixa. Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, Lisboa, IPPAR, 1998, pp. 63-75.
- ⁷ Cf. PIMENTEL, António Filipe, *Arquitectura e Poder: o Real Edifício de Mafra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 37-44.
- ⁸ Cf. FRANÇA, J.-A., *Lisboa Pombalina [...]*, pp. 141-143 e REIS, Ana Rita, Simões, Maria José de Freitas e RODRIGUES, Susana, «A Décima da Cidade: contributo para a datação do edifício da Baixa», *Monumentos*, n.º 21, Lisboa, DGMN, Setembro/2004, pp. 58-65.
- ⁹ Cf. PIMENTEL, A. F., *Arquitectura e Poder [...]*, pp. 107-108.
- ¹⁰ Cf. FRANÇA, J.-A., *Lisboa Pombalina [...]*, pp. 95-107.
- ¹¹ Idem, «Lisboa pombalina e a estética do Iluminismo», *Lisboa Iluminista e o seu Tempo*, Actas do Colóquio, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1997, p. 12.
- ¹² Idem, *ibidem*, p. 14.
- ¹³ Cf. França, J.-A., *Lisboa Pombalina [...]*, p. 119.
- ¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 128.
- ¹⁵ Na verdade, mais precisamente 177m x 192,5m (cfr. VALE, T. L., «Do Terreiro do Paço [...], p. 31).
- ¹⁶ Cf. idem, *ibidem*, pp. 30-31.
- ¹⁷ ALVES, Ana Maria, *Iconologia do poder real no período manuelino. À procura de uma linguagem perdida*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 11.
- ¹⁸ Cf. FRANÇA, J.-A., *Lisboa Pombalina [...]*, pp. 173-217.
- ¹⁹ Cf. VALE, T. L., «Do Terreiro do Paço [...], pp. 29-30.
- ²⁰ Cf. v.g. KUBLER, George, *A arquitectura portuguesa chã, entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706* (ed. port. Lisboa, Vega, 1988, pp. 110-133); BORGES, Nelson Correia, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*, s. n., s. d.; XAVIER, Ângela Barreto, CARDIM, Pedro, ALVAREZ, Fernando Bouza, *Festas que se fizeram pelo casamento do Rei D. Afonso VI*, Lisboa, Quetzal Editores, 1996.
- ²¹ Cf. MACHADO, Inácio Barbosa, *História crítico-chronologica da instituição da festa, procissam, e officio do Corpo Santíssimo de Christo [...]*, Lisboa, 1759 e TEDIM, José Manuel Alves, *Festa régia no tempo de D. João V – poder, espectáculo, arte efêmera*, dissertação de doutoramento, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1999, policopiada, vol. I, pp. 224-229.
- ²² MAIA, Manuel da, *Dissertação [...]* (III Parte), apud FRANÇA, J.-A., *Lisboa Pombalina [...]*, p. 325.
- ²³ Cf. PIMENTEL, António Filipe, «Repercussões do tema do palácio-bloco na arquitectura portuguesa», *Las relaciones artísticas entre España y Portugal*, Actas, Badajoz, 1995, pp. 88-89.
- ²⁴ Cf. MOREIRA, Rafael, «O Torreão do Paço da Ribeira», *Mundo da Arte*, n.º 14, Coimbra, Junho/1983, pp. 43 ss. e PIMENTEL, A. F., *Arquitectura e Poder [...]*, p. 187.
- ²⁵ Cf. «O Paço Real da Ribeira», in CASTELO BRANCO, Camilo, *Noites de insomniã oferecidas a quem não pode dormir*, vol. III, n.º 7, Lello, Porto, 1929, pp. 114-115.
- ²⁶ Cf. PIMENTEL, A. F., «Ascensão e queda de António Canevari [...].
- ²⁷ FRANÇA, J.-A., *Lisboa Pombalina...*, pp. 127-129.
- ²⁸ Cf. idem, *ibidem*, pp. 141-147 e VALE, T. L., «Do Terreiro do Paço [...], p. 33.
- ²⁹ Cf. FRANÇA, J.-A., *Lisboa Pombalina...*, pp. 95-98.
- ³⁰ COSTIGAN, Arthur William, *Sketches of society and manners in Portugal*, Londres [1787], carta XXV, apud FRANÇA, J.-A., *ob. cit.*, p. 128.
- ³¹ Cf. FRANÇA, J.-A., *Lisboa Pombalina [...]*, pp. 83-84 e 147-152 e ROSSA, W., «Do plano de 1755-1758 [...], pp. 30-31.
- ³² França, J.-A., *Lisboa pombalina [...]*, p. 11.
- ³³ Cf. ROSSA, W., *Além da Baixa [...]*, pp. 63-75 e idem, «Do plano de 1755-1758 [...], pp. 33-35.
- ³⁴ Cf. idem, *Além da Baixa [...]*, pp. 40-45.
- ³⁵ Cf. FRANÇA, J.-A., *Lisboa Pombalina [...]*, p. 154 e nota 103, p. 354.
- ³⁶ Cf. idem, *ibidem*, pp. 123-124 e idem, *Lisboa pombalina [...]*, pp. 19-20.
- ³⁷ Cf. idem, *Lisboa Pombalina [...]*, p. 158.
- ³⁸ Cf. idem, *ibidem*, pp. 233-235.
- ³⁹ Sobre este processo de esvaziamento da vida por parte da nova praça, veja-se, FARIA, Miguel, «O modelo praça/monumento central na evolução urbanística da cidade de Lisboa – notas sobre a toponímia, urbanismo e história dos monumentos públicos de Lisboa», *Lisboa Iluminista e o seu tempo*, Actas do Colóquio, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1997, pp. 66-67.
- ⁴⁰ Cf. PIMENTEL, António Filipe, «O laboratório da reconstrução: reflexões em torno do pensamento e da prática do urbanismo português», *Propaganda e Poder*, Actas, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 347-364.
- ⁴¹ BAZIN, Germain, *Les Palais de la Foi. Le monde des monastères baroques*, Fribourg, Office du Livre, vol. I, 1980, p. 104.
- ⁴² Cf. PIMENTEL, A. F., *Arquitectura e Poder [...]*, pp. 157-169.
- ⁴³ Cf. idem, *ibidem*, pp. 175-188.
- ⁴⁴ Cf. KUBLER, George, «Arquitectura de los siglos XVII y XVIII», *Ars Hispaniæ*, vol. XIV, Madrid, 1957, pp. 206-215; DURÁN, Miguel, «Del Antiguo Madrid: la construcción del Palacio Real», *Arquitectura*, n.º 96, Madrid, 1927, pp. 123-131; CHUECA GORTIA, Fernando, «La Corte de España y los Sitios Reales», *El Arte en las Cortes Europeas del siglo XVIII*, Madrid, Comunidad Autónoma de Madrid, 1989, pp. 220-223; PLAZA SANTIAGO, Francisco Javier de la, *Investigaciones sobre el Palacio Real Nuevo de Madrid*, Valladolid, Departamento de Historia del Arte, Universidade de Valladolid, 1975, pp. 135-158.

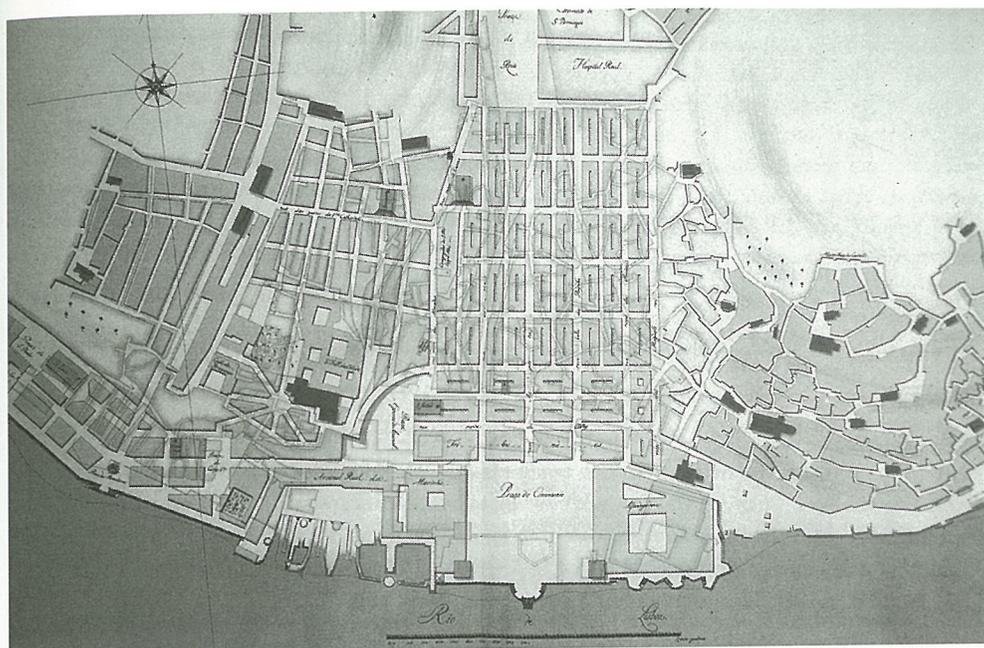


Fig. 1 - Manuel da Maia, Eugénio dos Santos, Carlos Mardel: plano para a reconstrução de Lisboa sobreposto ao plano da cidade destruída



Fig. 2 - Eugénio dos Santos, Carlos Mardel, Elias S. Poppe e Carlos Andreis: plano para a urbanização da zona ocidental da cidade (entre o Bairro Alto, Amoreiras, Arco do Carvalho, S. Sebastião da Pedreira, Anjos e Rossio)



Fig. 3 – Eugénio dos Santos e Carlos Mardel: perspectiva da Praça do Comércio [Gravura de Gaspar Frois Machado]

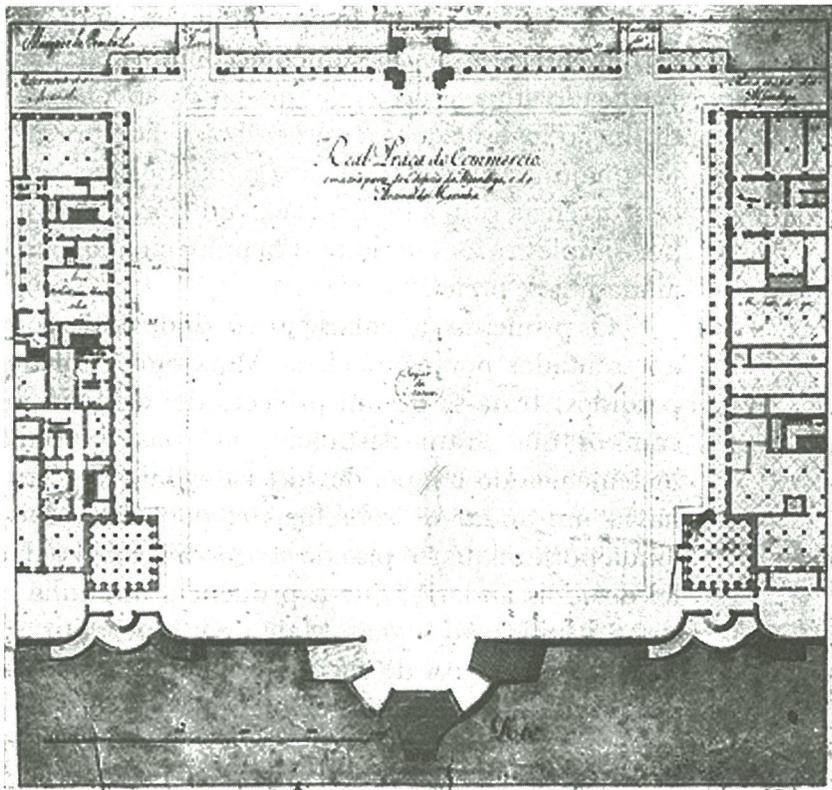


Fig. 4 – Eugénio dos Santos: planta da Praça do Comércio

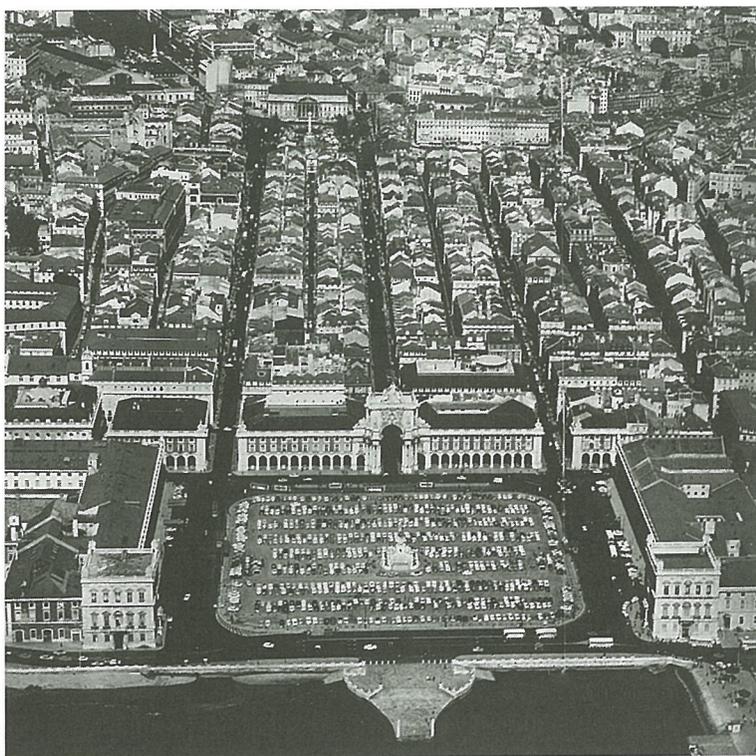


Fig. 5 – Vista aérea da Baixa Pombalina

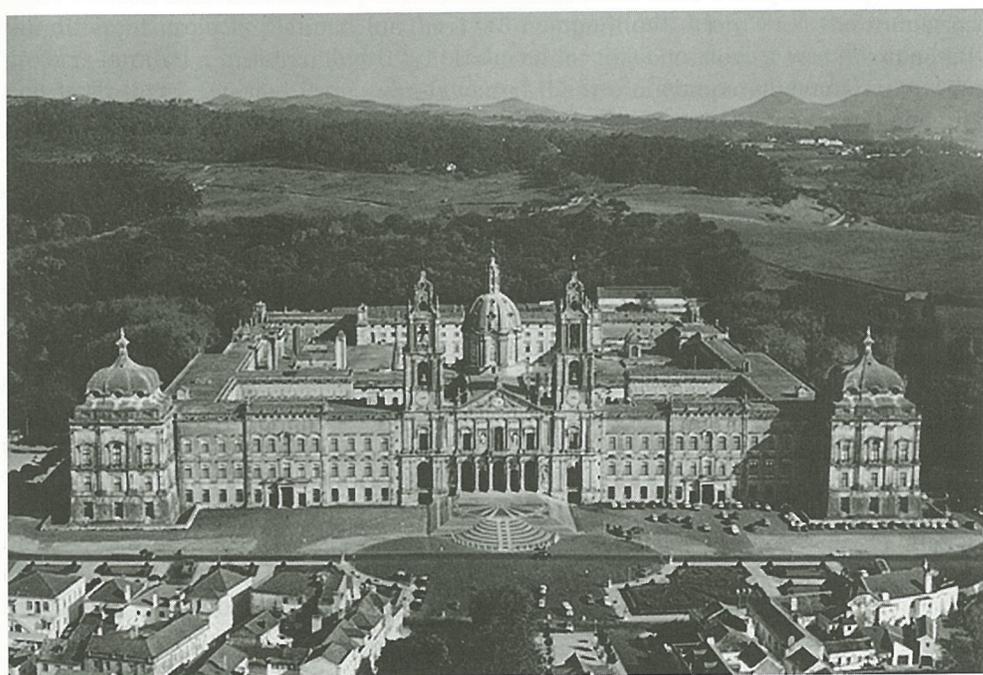


Fig. 6 – Vista aérea do Real Edifício de Mafra